

Rolos e rolagens

A rolagem da dívida dos estados, aprovada sob protesto da minoria na Câmara, sofre também resistências no Senado. É que, antes de ser econômica, a questão é política e envolve, em seus desdobramentos, até mesmo a sucessão presidencial. O interessado maior na matéria é o PMDB, que governa a maioria dos estados que, por isso mesmo, é o mais afundado em débitos, criados em grande parte por ele mesmo, em gestões anteriores.

Paradoxalmente, o menos interessado na rolagem deveria ser — e é — o Governo Federal, que, entretanto, em acordo com o PMDB, viabilizou-a. Com isso, além de fortalecer politicamente adversários, compromete o êxito de seu próprio programa econômico, acertado com o FMI. A dívida número um é a de São Paulo, que o PMDB governa desde 1982: algo em torno de 15 bilhões de dólares.

Sua rolagem é vital para que o governador Fleury possa respirar com algum alívio e realizar algo de concreto em sua gestão. E onde entra nisso a questão sucessória? Simples: o governo Fleury é a vitrine da futura candidatura presidencial do PMDB, chame-se o candidato Orestes Quércia ou mesmo Fleury. Nesse caso, porque o Governo admitiu a rolagem? Bobeira? Em termos: é que também Collor precisou dos votos da bancada do PMDB — a mais numerosa na Câmara —, para aprovar sua reforma tributária de emergência (eufemismo para aumento de impostos). O PMDB condicionou seu apoio à rolagem da dívida e acabou atendido.

O Governo, segundo seu líder na Câmara, Humberto Souto, agiu condicionado pelos fatos. Não teria tido escolha. Não há, entretanto, consenso em torno dessa idéia. Os integrantes do assim chamado Bloco Independente — 134 deputados conservadores de diversos partidos, que se dispõem a apoiar iniciativas do Governo sem alinhamentos incondicionais — acham que a negociação representa uma tragédia para a gestão do plano econômico do ministro Marcílio. E que, se o Governo tivesse negociado com eles — que são mais numerosos que os 102 deputados do PMDB —, não precisaria ter aceitado a rolagem.

O deputado Roberto Campos, do PDS, que integra o Bloco Independente, acha que o Governo deveria ter aproveitado o ensejo para pressionar os estados inadimplentes a entrar de cabeça no processo de privatização. São Paulo, segundo ele, pode pagar seus débitos privatizando algumas estatais — duas ou três, no máximo. Com isso, não apenas saldaria a dívida, mas dotar-se-ia de meios para agir com mais eficácia na área social. De quebra, sendo o mais importante e influente estado brasileiro, daria um decisivo exemplo para os demais devedores.

A rolagem das dívidas é, segundo os economistas ortodoxos, sob cuja inspiração se firmou a carta de intenções ao Fundo, inflacionário, além de filosoficamente perversa, na medida em que consolida a idéia do calote — a mesma que tantos dissabores causou ao Brasil no plano externo. Como 1992 é ano eleitoral, a paranóia sobe a níveis estratosféricos, pois os governadores inadimplentes estarão com as contas zeradas, prontos para uma nova temporada de gastos, na contramão da austeridade prometida ao Fundo.